



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

---

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO DO GOVERNO DE ESQUERDA À DINÂMICA POLÍTICA INSTITUCIONAL DO BRASIL**

---

SOUSA, Darcon

Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, [darconsousa@gmail.com](mailto:darconsousa@gmail.com)

---



## Resumo

Este artigo analisa as tentativas do governo do Brasil - liderado Partido dos Trabalhadores - de reconquistar sua base social, principalmente por meio da implantação de políticas públicas de participação social no contexto da crise política em curso. Depois de ver frustrada a iniciativa de promover a participação por meio da regulamentação da “Política Nacional de Participação Social”, o governo criou o programa ‘Dialoga Brasil’, que utilizou as redes sociais para dar voz aos cidadãos. Por intermédio de uma plataforma digital, os usuários podiam apresentar sugestões para diversas políticas públicas, sobretudo aquelas de ampla repercussão social nas áreas da educação, saúde e redução da pobreza. Neste trabalho, são analisados o ambiente político e a implantação do Programa Dialoga Brasil, destacando-se seu papel como mecanismo de democracia direta, num momento em que a representação política formal está contra a ordem democrática e os preceitos constitucionais, buscando interromper o mandato da presidenta da república. Em termos metodológicos, trata-se de uma investigação qualitativa que se utilizou da análise de conteúdo de documentos como principal instrumento de coleta de dados. Os resultados da pesquisa assinalam o caráter simbólico da política pública estudada e as limitações de seus impactos, o que trouxe como consequência sua descontinuidade. O Programa Dialoga Brasil foi um instrumento tardio e ineficaz em relação aos objetivos pretendidos, em face dos impasses causados pela oposição que partidos, setores econômicos e grupos midiáticos fazem ao governo.

## Abstract

This article looks at the government's attempts of Brazil, led the Labor Party to regain its social base, mainly through the implementation of public policies for social participation in the context of the Brazilian political crisis. After seeing frustrated the initiative to promote participation through the regulation of the "National Policy for Social Participation", the government created the program "Dialog Brazil ", which used social networks to give voice to citizens. Through a platform accessed via the Internet, users could make suggestions for various public policies, especially those of large social impact in the areas of education, health and poverty reduction. In this paper, we analyze the political environment and the implementation of Dialog Program Brazil, highlighting its role as direct democracy mechanism, at a time when the formal political representation is against the democratic order and constitutional principles, seeking to stop the mandate of president of the republic. In methodological terms, it is a qualitative research that used the document content analysis as the primary data collection instrument. The survey results indicate the symbolic character of the studied public policy and the limitations of their impacts, which consequently brought its discontinuity. The Dialog Brazil Program was a late and ineffective instrument in relation to the intended objectives, in the face of the impasses caused by the opposition parties, industries and media groups make to the government.

poverty reduction

Palavras-chave: Democracia; Representação Política; Participação Social.

Keywords: Democracy; Political representation; Social participation.

[COM0319]

## **1.Introdução**

A democracia representativa enfrenta um momento de crise aguda dada a sua insuficiência para solucionar os graves problemas socioeconômicos que acometem as sociedades atuais. Concebido sob a desconfiança de representar os interesses das elites, o modelo de democracia liberal, predominante no mundo ocidental, apresenta sinais de colapso ante as complexas demandas que o desafiam. A promessa de promover o dinamismo econômico e o simultâneo bem estar social não tem sido cumprida pela democracia liberal, mesmo em contextos nos quais governos de esquerda conquistaram a hegemonia eleitoral. A convivência com as regras do jogo democrático representativo e, ao mesmo tempo, a tarefa de realizar transformações sociais significativas, traçaram uma trajetória cujo percurso tem sido marcado por tensões, impasses, contradições, conflitos e, por vezes, retrocessos.

No Brasil, país marcado pelo domínio político das elites tradicionais e por episódios de interrupções democráticas, o Partido dos Trabalhadores (PT) inaugurou em 2003 uma fase inédita na história política nacional, elegendo um líder político de raízes populares - Luiz Inácio Lula da Silva - apoiado por grande parte dos movimentos sociais, sindicatos e intelectuais vinculados ao ideário da esquerda política, com os quais Lula construíra há décadas um projeto de poder. Todavia, a ascensão do PT não ocorre sem concessões. No campo político era preciso fazer coalizões com partidos conservadores para assegurar governabilidade. Na economia, a estratégia foi estabelecer alianças com setores produtivos essenciais ao crescimento econômico (automobilístico e da construção civil, por exemplo), atenuando as resistências do capital.

No que diz respeito às demandas dos movimentos sociais, dos trabalhadores e da população pobre, o PT optou por atuar nos limites da institucionalidade formal da democracia, desenhando e implementando um amplo leque de políticas sociais destinadas a combater a desigualdade, a fome e a exclusão, males arraigados ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O sucesso do governo com os resultados dessas políticas e os bons ventos advindos da economia, sobretudo no período Lula (2003-2010), resultaram em quatro vitórias eleitorais consecutivas de um governo ideologicamente de esquerda, inserido num macro ambiente político dominado historicamente por forças conservadores.

No entanto, paralelamente ao êxito social de Lula e do PT, cresce no oligopólio de mídia a oposição ideológica ao governo. A ausência de pluralidade no trato da informação e a diminuição de espaços para contrapontos, tornaram o governo vulnerável ao poder dos grandes formadores de opinião que insuflaram as classes médias contra o PT, o que culminou com as manifestações pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, após o pleito de 2014. Nesse contexto, o governo tenta reaproximar-se dos movimentos sociais regulamentando a participação social, iniciativa logo abortada pela oposição partidária e pelas críticas dos meios de comunicação. Restou ao governo criar o “Programa Dialoga Brasil”, política pública que tinha como objetivo estimular a participação dos cidadãos na decisões de políticas públicas via *internet*.

Este trabalho, apoiado teoricamente por análises sobre o conceito e a prática da democracia representativa, recorreu ao conteúdo de documentos para descrever o lançamento e a implementação do Programa Dialoga Brasil no contexto da crise política que ensaia o golpe contra o governo do PT. Aqui se pretende descrever fatores causais da crise, localizados nas disputas ideológicas fomentadas por narrativas midiáticas que se empenharam em desconstruir o projeto petista, as quais, mobilizaram defecções no parlamento, instigaram o descontentamento das classes médias e exploraram as deformações que exercício do poder causou no ideário petista.

## **2.Os limites da democracia liberal**

Na visão de Rancière (2014), a democracia representativa não foi criada como solução para o crescimento das populações, nem é uma adaptação da democracia à modernidade. Historicamente, a representação se constituiu para permitir o poder das elites, opondo-se à democracia, não sendo a eleição um mecanismo

democrático por si só. As regras criadas para tornar o sistema representativo democrático, segundo esse autor, não são levadas a sério, quais sejam: a) mandatos eleitorais curtos, não acumuláveis e não renováveis; b) monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis; c) proibição de que funcionários do Estado representem o povo; d) redução ao mínimo de campanhas e dos gastos em torno delas; e) controle da ingerência das forças econômicas nos processos eleitorais. Mesmo quando praticadas, essas regras não são suficientes para impedir que a coisa pública seja apropriada por uma aliança feita entre as oligarquias estatal e econômica. Dessa forma, predominam hoje Estados de direito oligárquicos, cujo poder é limitado pelo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais.

Ainda segundo Rancière (2014), todo governo tende a estreitar a esfera pública, transformando-a em assunto privado. Para isso concorrem o espaço privilegiado que os especialistas têm nas decisões dos problemas públicos, as paixões privadas e egoístas de indivíduos que abordam as questões públicas de acordo com seus interesses imediatos ou delas se abstêm, e uma lógica baseada na economia, cujo objetivo central é perseguir a expansão ilimitada do capital. Sendo assim, um sistema fundado sob o duplo comando de uma racionalidade tida como científica e da busca por crescimento da riqueza econômica, sufoca resistências oriundas de ideais antigos, os quais são rotuladas de populismo.

O recurso ao apelo científico é o criador do enredo construído que transforma a ideologia do livre mercado em lei histórica infalível e que chama de obsoletos, ignorantes e arcaicos os que a contestam. Disso resulta o ódio à democracia que, como “governo de qualquer um”, sempre despertará a ira dos que precisam de símbolos de riqueza, nobreza ou saber para justificar o “governo dos homens”. Em oposição a isso, a democracia deve ser vista como um processo de luta contínua contra a despolitização da esfera comum e pela busca da ampliação da esfera pública, processo a ser constituído sob o reconhecimento da igualdade dos sujeitos políticos e do caráter público dos espaços, relações e instituições consideradas privadas e que, por isso, são propícios à representação dos interesses dominantes. (Rancière, 2014)

Bourdieu (2005) aborda a ação coletiva e o significado do voto na democracia liberal, definindo-o como ação solitária de indivíduos que circunstancialmente expressam suas opiniões, formando uma agregação estatística, sem que se considere as condições sociais que determinam a produção e a elaboração dessas opiniões. Despossuída do significado de uma verdadeira ação coletiva, a lógica do voto é desfavorável aos dominados. Por um lado, os indivíduos não possuem igualmente os recursos necessários à produção da opinião pessoal, sobretudo o capital cultural. Por outro lado, os dominantes têm controle das estruturas da ordem social que lhes permite adotar estratégias individuais de reprodução, orientadas pela lógica alienante da escolha individual, da qual os dominados não podem fugir.

Diferente do protesto individual e solitário do voto, os modelos coletivos de produção e expressão das opiniões baseiam-se na delegação a instituições (associações, sindicatos, partidos) que defendem reivindicações unitárias e coletivas ao mesmo tempo. Nesses casos, a delegação autoriza porta-vozes a falar em nome do grupo que a eles transfere poderes de representação e de mobilização. Entretanto, existe sempre a ameaça de que a ação coletiva seja usurpada pelas contradições que lhe são próprias - quando fundada na delegação -, causadoras de divisão e de individualização. Para fugir à mecânica simplificadora da soma de preferências, conhecidas pelo voto, Bourdieu (2005) sugere a construção coletiva das escolhas, baseada na instauração de condições sociais que expressem a vontade geral a partir de uma confrontação dialética mediada por novos instrumentos e conteúdos comunicativos.

Na visão de Santos (2008), o campo político precisaria ser ampliado e redefinido, rompendo seu confinamento à dimensão da cidadania exercida em relação ao Estado. Uma repolitização das relações econômicas, sociais, familiares, profissionais, culturais e religiosas, desocultaria formas de opressão e relações de poder, transformando-as em relações de autoridade partilhada. Para esse autor, o capitalismo não é “suficientemente democrático”, apesar de, sob a forma representativa, ter implicado em avanços sociais quando propiciou o encontro entre o princípio do mercado e o do Estado. Todavia, o aprofundamento da

democracia representativa – que pode significar até o surgimento de uma ordem social pós-capitalista – aponta para uma renovação da teoria democrática que incorpore a participação política não restrita ao voto.

Numa nova teoria democrática, conforme Santos (2008), a politização do “espaço da produção” (no qual se busca maximizar o lucro sob a forma institucional da empresa) deveria ser central e a brutalidade das relações inerentes ao seu funcionamento seria objeto de primazia analítica, favorecendo o resgate do peso político dos sujeitos sociais nele constituídos. A retomada do protagonismo do operariado estaria condicionada à mudanças nas estratégias das instituições que o representam. As conquistas do movimento operário nos países capitalistas centrais (principalmente uma melhor distribuição da riqueza gerada pelos trabalhadores) deveriam adquirir outro significado, contribuindo para o exercício da cidadania política.

Território do cidadão (em substituição ao súdito) e juridicamente regulado, o nascimento do estado fez emergir o parlamento como ator importante na construção do espaço político, conforme Bourdieu (2014). Isso ocorreu quando da constituição do Estado moderno em países como Inglaterra e França. Esse autor discordou da crítica marxiana que via no parlamento um “engodo coletivo” e um “teatro de sombras” que esconderia as lutas ocorridas em outros lugares. Para Bourdieu (2014,p.462): “[...] o parlamento é, de fato, esse lugar de consenso regulado ou de dissenso em certos limites, que pode excluir simultaneamente objetos de dissenso, e talvez, sobretudo maneiras de expressar o dissenso.” Como no parlamento, a televisão, que o substitui em muitos contextos, define a legitimidade de quem está autorizado a debater e a linguagem que deve ser usada.

Por outro lado, tendo sido criado para dar expressão à cidadania, o parlamento enfrenta o dilema de atrair o povo para entrar no jogo político, todavia, limitando sua participação. A contradição está posta, conforme Bourdieu (2014, p.406): “[...] vai-se fazer o Estado com o povo, mas também contra o povo.” O Estado de bem-estar social tinha a função de oferecer o suficiente para “domesticar os dominados.” A domesticação consiste em oferecer o suficiente para que o povo entre no jogo, mas não participe demais. As regras do jogo não admitem a perturbação da paz dos dominantes, os quais, chamados de “filantropos” da política por esse autor, têm interesse em manter os dominados à distância e os veem como ameaça.

Para Bauman (2008), a democracia é o espaço no qual se desenvolve o movimento que busca levar o público e o privado a se encontrarem de modo pacífico, o que não ocorre sem contínuos aperfeiçoamentos. A aceitação da condição de incompletude permanente é a característica principal de uma sociedade democrática. No encontro entre o público e o privado são definidas as questões públicas e distribuídas as tarefas privadas. Ao processo democrático é indispensável a autonomia da sociedade e de seus membros. Todavia, a democracia está ameaçada pela crescente separação entre o poder e a política (processo resultante da influência exercida pelo capital econômico) e o conseqüente enfraquecimento das instituições públicas. A invasão do privado na esfera pública enfraqueceu o movimento capaz de trasladar sofrimentos privados para questões públicas.

Esse movimento poderia ser acionado pela sociedade civil. Mas, no contexto de sua crítica à supervalorização do conceito de sociedade civil como espaço de liberdade, autonomia, associação voluntária e pluralismo que se expressa nas democracias formais do ocidente, Wood (2011), alerta para o risco de que essa ideia obscureça as coerções do capitalismo e as contradições do tipo de democracia formal que se convencionou associar a esse sistema, inibindo aspirações mais avançadas. Essa democracia formal, sendo um aperfeiçoamento das formas políticas anteriores, é também obstrução dos avanços da essência contida no ideário democrático.

Como agravante, Wood (2011) identifica a capacidade que a esfera da sociedade civil tem de transferir mais poder para o mercado e para os donos da propriedade privada, conformando um “reino privado” que, mais centralizado e concentrado, reforça o poder coercitivo público na medida em que o Estado atua para apoiar o caráter privado da sociedade civil. Desse modo, ao invés de constituir-se numa esfera de liberdade que se contrapõe ao poder do Estado, a sociedade civil - ela própria reprodutora de relações de dominação e de

exploração – pode contribuir para desvalorizar a democracia. Isso ocorre quando, por exemplo, a liberdade de imprensa é aferida pela posse privada dos meios de comunicação – ainda que eles conformem uma “fábrica de consenso” – e não pela pluralidade de opiniões.

O exemplo da imprensa também é mencionado por Rancière (2014.p.94), quando esse autor ironiza a ideia de democracia prevalecente no ocidente, baseada em eleições supostamente livres e em mecanismos que asseguram a permanência de dominantes, os quais apregoam o respeito às liberdades individuais, exceto nas questões que dizem respeito à proteção das fronteiras e à segurança do território. Em relação à liberdade de imprensa, escreveu ele: “A imprensa é livre: quem quiser fundar um jornal ou uma emissora de televisão com capacidade para atingir o conjunto da população, sem a ajuda das potências financeiras, terá sérias dificuldades, mas não será preso.

Presa parece estar a democracia, a julgar pela sua incapacidade de responder aos complexos problemas contemporâneos. O desencanto com os regimes democráticos têm suscitado o crescimento de correntes ideológicas fascistas, alimentadas por fatores os mais diversos, desde a crise sistêmica do capitalismo, passando pelos conflitos imigratórios decorrentes de guerras e da pobreza extrema, chegando até os contextos nos quais as elites que controlam a informação disseminam valores que sabotam os processos de mudanças sociais, tentando reconstruir o ideário da direita política.

No Brasil, apenas 16% da população declara estar satisfeita com o regime democrático. A distorção do sistema representativo brasileiro se origina na força que o poder econômico tem no financiamento das campanhas eleitorais, o que implica na eleição de parlamentares, em sua ampla maioria, sem legitimidade junto ao conjunto da população. Os interesses das corporações e o fisiologismo prevalecem no poder legislativo. Concorrem para agravar esse problema, a ausência de pluralismo nos meios de comunicação e uma postura editorial de escandalização da política e de partidarização dissimulada por parte da imprensa, o que impede a formação da consciência coletiva, no sentido da criação de um ambiente de participação cidadã sem a interferência manipuladora e deformadora da grande mídia. Neste contexto, fenômenos como manifestações que reivindicavam o retorno ao regime militar tornaram-se constantes entre as classes médias e os eleitores de direita.

Não é demais lembrar alguns aspectos históricos da democracia representativa no Brasil, principalmente o período da fundação da república, momento a partir do qual os processos políticos que se utilizam do voto começaram a ser postos em prática. Mesmo depois da instauração da república, em 1889, sobrevive no país um estado burguês escravista, no qual os negros são impedidos de participar da reorganização do poder e instrumentos democráticos distorcidos preservam relações servis no campo, isolando as classes exploradas (Saes,1985). As elites não foram capazes de ampliar direitos políticos, sociais e econômicos como ocorrera na Europa. Mesmo com a introdução da modernização capitalista, os pobres não puderam transformar-se em cidadãos e a participação deles ficou restrita aos limites da democracia formal e representativa (Santos, 2006).

Esses limites ainda estão presentes na realidade brasileira. Iasi (2014), ao explicar o que para ele significa o esgotamento do projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT), recorreu ao modelo de democracia republicana burguesa dos Estados Unidos - o qual teve em James Madison um destacado elaborador - para analisar a democracia representativa brasileira. Com o objetivo de evitar que os trabalhadores – muito mais numerosos que as classes dominantes - construíssem gradualmente uma supremacia por meio do voto, a forma democrática burguesa tratou de criar mecanismos para evitar que a “democracia pura” resultasse numa “ditadura da maioria”. O principal desses mecanismos foi o sistema de representação, pelo qual a população delega a alguns cidadãos o direito de representá-la, o que não ocorre sem a interferência do poder econômico no contexto de uma sociedade capitalista. Como consequência, a fragmentação dos interesses da maioria e a pulverização de partidos políticos - cada qual centrado em seus próprios objetivos e falando em nome de diversas frações de classe – obrigam o poder executivo a fazer composições políticas para assegurar a governabilidade. Sendo assim, as concessões se tornam inevitáveis e a burguesia delimita as condições de permanência no poder de quem ideologicamente não a representa.

No atual quadro da política brasileira, as políticas que beneficiaram os trabalhadores e os mais pobres - promovidas pelo PT e realizadas sem rupturas com a ordem econômica vigente - não foram suficientes para impedir o impasse político imposto ao petismo. Sob intenso ataque da mídia hegemônica, chantageado pelo legislativo e pressionado pelas forças da direita política e pelos interesses do capital, o governo tenta se sustentar por meio de ajustes ortodoxos que promove, na esperança de no próximo pleito ser salvo pelo mito de representar os progressistas (Iasi,2014).

Na visão de Howlett *et al* (2013), a formulação das políticas públicas no contexto de uma democracia liberal expõe o desafio de promover contínuas reconciliações entre capitalismo e democracia, instituições que não são intrinsecamente compatíveis. O poder econômico dos capitalistas que irriga os partidos políticos se transforma em maior influência sobre os formuladores de políticas. Em contrapartida, a democracia possibilita que governos eleitos por maioria de votos tornem em realidade as vontades dos mais fracos. No entanto, as contradições entre capitalismo e democracia perduram. O capitalismo privilegia os direitos individuais, enquanto na democracia a primazia é dos direitos coletivos. Sendo assim, a democracia é vista pelos liberais como uma ameaça à ordem liberal. Capitalismo e democracia formam o contexto político-econômico no qual atores e ideias modulam as políticas públicas postas em prática por governos que agem de acordo com o empoderamento que os diversos atores sociais apresentam em cada momento, o que determina a criação e a implementação das políticas públicas.

Ainda conforme Howlett *et al* (2013), mesmo sendo maioria, os trabalhadores precisam de organização coletiva para a defesa dos seus interesses nas políticas públicas. Além da força financeira das empresas, os meios de comunicação constroem narrativas sobre os problemas que determinam as soluções a serem escolhidas, legitimando-as perante uma opinião pública. Por outro lado, para implementar suas políticas, governos enfrentam pressões a partir da oposição de legisladores que possuem suas próprias prioridades e que tentam reduzir a discricionariedade do Estado, sempre condicionada à articulações amplas e consistentes. Sem organização coletiva, mesmo os governos progressistas não conseguem mudanças profundas, como se conclui ser esse o caso da experiência recente de inserção do PT na dinâmica institucional brasileira, a ser discutida na próxima seção por meio da análise da participação social, utilizada pelo governo para a reconquista de apoio popular.

### **3.O Programa Dialoga Brasil e a participação social tardia**

Desde quando surgiu no cenário das disputas políticas o PT precisou enfrentar, além dos opositores no campo partidário, a resistência dos setores conservadores com larga influência na formação da opinião pública num contexto de produção concentrada da informação. Em face disso, a chegada do PT ao poder não ocorre sem concessões. Os conteúdos discursivos se tornam mais palatáveis aos grupos de comunicação, as resistências internas à construção de alianças com outros partidos são vencidas e o compromisso de governar nos limites de uma economia de mercado é firmado. Reveladora da prometida conciliação, a elaboração da “carta ao povo brasileiro”, divulgada por Lula antes da posse na presidência da república, acenava com propostas de mudanças socioeconômicas que deveriam ser implementadas numa ambiência de consenso e sem confrontos interclasses.

A despeito do ceticismo das elites, os dois períodos do governo Lula viriam a consolidar-se como um dos mais prósperos da história brasileira, conjugando um desenvolvimento econômico que favoreceu os lucros do capital ao mesmo tempo em que promoveu ascensão social e incluiu os mais pobres no orçamento público. Políticas públicas nas áreas da educação superior e profissionalizante, também representaram uma maior presença do estado no oferecimento de oportunidades para as classes baixas. Como resultado, Lula deixa o governo com um índice de aprovação de 87% e consegue eleger sua sucessora, Dilma Rousseff.

Todavia, mesmo sem que o PT tenha promovido rupturas na ordem econômica, a grande mídia brasileira nunca deixou de opor-se ideologicamente ao partido, fato evidente na cobertura quotidiana dos processos



políticos, sobretudo em períodos eleitorais, nos quais o partidarismo da imprensa e a seletividade no trato da notícia direcionaram-se à construção de narrativas desfavoráveis ao PT. À versão distorcida e unilateral da informação se acrescentou uma linguagem agressiva e intolerante em relação aos governos petistas, o que despertou o ódio social nas classes médias consumidoras das opiniões dos grandes veículos de comunicação e desinteressadas em buscar contrapontos fora dos espaços hegemônicos da mídia. Esse fenômeno dar à luz ao surgimento de grupos organizados de direita, responsáveis por estigmatizar as políticas públicas para os mais pobres, ideologizando-as e difundindo preconceitos em relação aos diversos atores sociais nelas envolvidos. Nessa ambiência, o PT já demonstrara apatia diante da perda na intensidade dos vínculos historicamente estabelecidos com os movimentos sociais e alegara não ter contado com as condições suficientes para influir no monopólio da informação. A luta simbólica pelo discurso prenunciava-se vencida.

Surgem então as manifestações de junho de 2013. Inicialmente focadas em reivindicações de estudantes por barateamento do transporte público, os protestos tomam as ruas das grandes cidades e, difusos em suas motivações e desprovidos de organização, logo são capturados pelos meios de comunicação que os interpretam como manifestações de oposição ao governo. O componente violento desses protestos arrefeceram os ânimos da população, mas logo iniciaram-se as grandes aglomerações de eleitores da oposição, predominantemente pertencentes aos extratos elevados da sociedade, organizados em torno da bandeira do impedimento da presidenta. A escandalização dos episódios de corrupção envolvendo os partidos da coalizão governista e promovida por uma fina sintonia entre o poder judiciário e a grande imprensa, se encarregaria de prover combustão para os protestos pela queda do governo, cujo isolamento se aprofunda com as sabotagens parlamentar e empresarial.

Na tentativa de responder a esse isolamento, o governo cria em 23 de Maio de 2014, o Decreto 8.243/2014 com o objetivo de regulamentar a Lei 10.683/2003 que previa a participação direta da sociedade nas decisões de políticas públicas. Considerada uma conquista da constituição de 1988, esta lei permitiria a implementação de mecanismos de participação social - conselhos, conferências, ouvidorias e orçamentos participativos - já amplamente experimentados na governança brasileira. Depois de reunir sugestões da sociedade civil, o governo pretendia efetivar a Política Nacional de Participação Social (PNPS), ampliando os canais de acesso dos movimentos sociais formais e informais às decisões de governo. Embora a natureza da participação prevista na PNPS fosse apenas consultiva na relação com o governo, sem interferência nas prerrogativas do legislativo, o decreto foi rechaçado no congresso e na mídia, sendo visto como uma estratégia governista para subverter a ordem institucional do exercício do poder político representativo.

Nesse contexto, o governo lança em 28 de Julho de 2015 o programa “Dialoga Brasil”, plataforma digital que tinha como objetivo estimular a participação social em torno das diversas políticas públicas criadas pelos governos do PT. A plataforma disponibilizou vídeos e informações sobre as políticas públicas, oferecendo a oportunidade para que os cidadãos enviassem, via *on-line*, propostas de aperfeiçoamento das políticas e programas sociais. A ideia do governo era selecionar as propostas mais apoiadas pelos usuários da plataforma, as quais seriam analisadas pelas diferentes áreas responsáveis por cada programa, o que se constituiria num canal efetivo de participação social, fortalecendo os vínculos com os cidadãos comuns. O Dialoga Brasil também previa momentos em que ministros de estado conversariam com os cidadãos por meio das redes sociais. Ao todo, 27 programas sociais foram incluídos na plataforma do Dialoga Brasil, os quais estavam agrupados em cinco grandes áreas: Redução da Pobreza, Saúde, Educação, Cultura e Segurança Pública.

Na área “Redução da Pobreza”, o programa que recebeu o maior número de propostas foi o “Bolsa Família”, 526 ao todo (os demais programas eram denominados: Brasil Sem Miséria, Assistência Social e Cisternas). Em relação a este programa, as duas propostas que receberam mais apoios foram: “abertura dos dados do programa para que cientistas pudessem analisar os indicadores (394 apoios)” e “a adoção de medidas para que os usuários do programa disponibilizassem seus currículos em uma plataforma digital para candidatarem-se à vagas no mercado de trabalho” (304 apoios). Símbolo das políticas sociais inclusivas, o Bolsa Família se

transformou em referência internacional como programa de transferência de renda que protegeu os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira da miséria absoluta. Internamente, todavia, os conservadores, valendo-se de desinformação e de preconceitos, difundiram a ideia de que o programa estimulava a dependência e a passividade dos mais pobres, constituindo-se em mera política assistencialista que coopta eleitoralmente os beneficiários. Em contraposição a isso, pesquisas demonstraram a promoção da cidadania entre os beneficiários, a eficácia das contrapartidas exigidas pelo programa e a inexistência de subordinação clientelista que implique em apoio incondicional aos governos que criam essas políticas.

Dentre os programas da área “Saúde”, o “Melhorar os Postos de Saúde” recebeu o maior número de propostas, 1009, seguido do “Mais Especialidades com 457 e do Programa Mais Médicos com 421 propostas (os demais programas denominavam-se: Samu 192 e UPAs, Aqui tem farmácia Popular, Incentivo ao parto normal e Vida Saudável). Este último foi criado para resolver o crônico problema de falta de médicos nas regiões mais pobres e afastadas dos grandes centros urbanos do Brasil. O Mais Médicos enviou 18.240 médicos para 4.058 municípios brasileiros (72,8% do total), resultando em diminuição no número de internações hospitalares e em aumento de 33% nas consultas realizadas nos municípios atendidos. Fruto de convênio firmado com a Organização Panamericana de Saúde, por meio do qual médicos cubanos (cerca de 80% do total de médicos participantes) foram contratados, o programa também foi alvo de fortes resistências e críticas advindas da imprensa, da oposição partidária, do sistema de medicina privada e mesmo de setores da alta hierarquia do estado. Na plataforma Dialoga Brasil, as propostas mais votadas relacionadas a esse programa foram: fiscalização da carga horária dos médicos (510 apoios); melhoria do atendimento na atenção básica de saúde com a ampliação do programa (305 apoios) e criação de plano de carreira como maneira de incentivar a atuação de médicos em regiões distantes (173 apoios)

Na área de “Educação”, a “Educação Básica” obteve maior número de propostas, 2.295 (os demais programas componentes da área eram: Educação superior, Ensino técnico e Valorização dos professores), dentre as quais a “reorganização curricular obteve maior apoio, 668. Mas foi na “Educação Superior” onde as políticas do governo causaram mais impactos e mudanças. Entre 2003 e 2013 o número de universitários dobrou, o orçamento público para o setor cresceu 223%, foram criadas 63 novas instituições federais e os *campi* somavam 321 em 2014, ante 148 em 2002, o que reflete a extensão do ensino superior público para o interior do país. A intensificação da expansão e das verbas de custeio para as universidades federais foi a segunda proposta mais apoiada, com 668 registros de votos, perdendo apenas para a proposta de ampliação do conceito de “residência” - existente no campo da saúde - para outros setores, proposta que conseguiu 859 apoios.

Já na área “Cultura”, o programa “Cultura e Educação”, cujo objetivo consistia em aproximar cultura e educação como estratégia para o desenvolvimento cultural do país e para a qualificação da educação, obteve 171 propostas (também faziam parte da área os programas Agenda século XXI, Vale cultura, Cultura viva, PAC cidades históricas, Brasil de todas as telas e Política nacional das artes), a maior quantidade entre os programas da área. O uso da música e da arte como mecanismo de melhora da educação foi a proposta mais apoiada (43 apoios). Todavia, as políticas para a cultura não ficaram imunes à ideologização das políticas sociais que os setores conservadores da sociedade brasileira promoveram. Artistas e intelectuais identificados com o pensamento de esquerda e/ou defensores do governo foram acusados de serem beneficiados por incentivos fiscais decorrentes de leis voltadas para impulsionar projetos culturais, cuja criação foi anterior aos governos petistas. O avanço do ideário direitista, impulsionado pelo veículos de comunicação, turvou o debate sobre políticas públicas, afetando também as políticas culturais.

Por fim, na área de “Segurança Pública”, o programa de “Segurança Pública Integrada” destacou-se por receber 873 propostas (os demais programas da área eram: Sinesp, Crack é possível vencer, Proteção das fronteiras e Forças federais de segurança.). Este programa visava integrar as ações entre o governo federal, estados e municípios para a redução do número de homicídios, cujas ocorrências atingiram 46.886 em 2014. O Brasil foi considerado o décimo primeiro país mais inseguro entre 132 pesquisados, apesar de possuir a terceira maior população carcerária do mundo (711.463 presos). Esse cenário propicia o fortalecimento do apoio da população

a medidas repressivas por parte do estado no que tange à segurança pública, fato alimentado pelo tipo de cobertura jornalística dispensada aos episódios de violência, normalmente dramatizada e espetacularizada. Com 297 votos, o “uso da mão de obra dos próprios presos na construção de obras públicas” foi a proposta mais apoiada no Programa de Segurança Pública Integrada.

Até 31 de outubro de 2015, data estabelecida para o término da primeira fase do programa, o Dialoga Brasil contou com 24.803 usuários cadastrados, 10.746 propostas e 276.141 votos. Para além dos números, a descontinuidade do programa denunciou seus limites face ao cenário diante do qual foi implementado. Acuado pelas pressões advindas de uma intensa articulação entre oposição conservadora, mídia hegemônica e setores do judiciário, o governo não encontrou as condições para retomar o diálogo com a sociedade. Restou ao programa Dialoga Brasil a simbologia de ser lembrado como o último suspiro de um governo agonizante e imobilizado pelo jogo político institucional, contra o qual os esforços da política pública estudada mostraram-se inócuos. Isto suscita a necessidade de uma profunda reflexão sobre os modelos atuais de democracia representativa, desde sempre incompatíveis com as formas diretas de participação social e, no caso concreto da experiência brasileira, criados para inibir a inclusão.

#### **4. Considerações finais**

Sem ter criado vínculos contínuos com os setores sociais beneficiados por suas políticas e sem a instituição de mecanismos para fazer com que a melhoria das condições de vida dos mais pobres fosse acompanhada de aumento nos níveis de participação e de consciência política, os governos do PT perderam apoio popular. No contexto do capitalismo, a ascensão social, mesmo quando alavancada por políticas públicas, pode resultar em mais individualismo, na medida em que os cidadãos tendem a identificar em si mesmos a razão de seu progresso, desconsiderando os processos mais amplos relacionados às opções dos governos e às suas estratégias para a sociedade como um todo.

Dessa forma, movendo-se nas fronteiras da democracia formal, boicotado pelas elites econômicas, políticas e midiáticas, o governo do PT enfrenta agora a iminente ameaça de deposição da presidenta Dilma Rousseff, já que o processo de abertura para o seu impedimento foi autorizado pela Câmara de deputados e pelo senado. O desfecho que se desenha para o afastamento da presidenta, sobretudo quando se considera que o motivo central arguido pelos opositores está relacionado a argumentos artificiais em torno de supostas infrações fiscais, evidencia que as políticas públicas pareceram insuficientes para gerar mobilização capaz de neutralizar o desrespeito à vontade das urnas expressa nas últimas eleições e os retrocessos prenunciados pelas forças conservadoras que intentam assaltar o poder.

O acompanhamento atento da produção de notícias oriundas da grande imprensa oligopolizada, não deixa dúvidas de que ela é a maior responsável por criar e instigar um ambiente de ódio social no país, propício ao golpe parlamentar em curso. O conteúdo agressivo, a seletividade na divulgação de episódios de corrupção e a ausência de pluralidade foram os ingredientes da fórmula utilizada para estigmatizar o Partido dos Trabalhadores. Contradição flagrante desse processo é o fato de que os partidos conservadores - componentes da coalização partidária liderada pelo PT há 13 anos e maiores implicados nos episódios de corrupção - serão os beneficiários da queda iminente da presidenta eleita, assumindo o comando político do país. Conquanto não se pretenda aqui eximir membros do governo e do PT dos erros que cometeram, salta aos olhos a articulação feita pelas elites brasileiras nos campos partidário, midiático, econômico e mesmo na alta burocracia do estado, no sentido de inviabilizar o governo.

Nesse contexto, a implantação do Dialoga Brasil não apresentou a mínima capacidade de resgatar o apoio popular ao governo. Ao subestimar a importância da participação social nas práticas de governo, o PT, como aqui se tentou demonstrar, recorreu a mecanismos de apoio popular para suas políticas que, por tardios, se mostraram incapazes de reverter a decomposição da sustentabilidade governamental ante as forças reacionárias que ameaçam a democracia no Brasil.

## Referências

- Bauman, Zygmunt.(2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- Bourdieu, Pierre. (2005). «O mistério do ministério: das vontades particulares à “vontade geral”». In Wacquant, Loïc (Org.), *O mistério do ministério: Pierre Boudieu e a política democrática* (pp.71-79). Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Bourdieu, Pierre. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Howlett, M; Ramesh, M.; Perl, A.. (2013). *Política pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.
- Iasi, Mauro Luis. (2014). É o lobo, é o lobo!.*Sociologia*, São Paulo, 22-29.
- Rancière, Jacques. (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Saes, Décio. (1985). *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2008). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Editora Cortez (12ª.Ed.).
- Santos, Milton. (2006). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Editora Cortez.
- Wood, Ellen Meiksins.(2011) *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.